

**FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA – FARESC
IN LITTERAS – REVISTA DOS CURSOS DE LETRAS E PEDAGOGIA**

PROFISSÃO PEDAGOGO: UM PROFISSIONAL MULTIDIMENSIONAL

PEREIRA, Noemi Elizama Teider¹

Orientadora: SOFFA, Marilice Mugnaini²

RESUMO

Este artigo apresenta a importância da identidade do pedagogo e a urgência da busca por esta identidade, a qual sem ela o profissional se perde e não consegue desempenhar o seu papel pedagógico com discernimento. Buscou identificar a importância da construção da identidade do pedagogo, pois a atual situação em que esse profissional se encontra se define por sua formação. Este artigo não pretende responder todas as perguntas, mas abordar um assunto de grande interesse para os profissionais desta área. Para tanto, optou-se por uma pesquisa bibliográfica e descritiva, buscando a resposta aos questionamentos em livros, artigos, revistas científicas, trabalhos acadêmicos e documentos legislativos. A pesquisa é embasada nas ideias dos principais autores da área como Libâneo (1999, 2002, 2006), Pimenta (2002) e Ribeiro (2007). Concluiu-se que o mercado de trabalho exige com urgência, um profissional da Pedagogia com uma formação completa, pois o mundo está em constante desenvolvimento e aprimoramento, porém não se nota esse avanço nas matrizes curriculares do curso em várias faculdades e universidades, como pesquisado. Projetos preconizam mudanças, mas as práticas não condizem com os discursos, por isto a importância de se continuar esse estudo.

Palavras-chave: Pedagogia. Identidade. Profissional. Multidimensional.

1 INTRODUÇÃO

O pedagogo, em um conceito amplo, é o propulsor da educação, é o crítico, o metódico, aquele que ordena, orienta e desenvolve o papel pedagógico. Porém, em rápida observação dos ambientes em que está inserido, está comprometido com todos os contextos onde exista um processo de ensinar e de aprender.

O tema a ser abordado nesse artigo está relacionado a esta identidade do profissional de Pedagogia, apontando os problemas encontrados por não a possuir e a urgência em buscá-la.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná e em Formação Pedagógica do Professor Universitário pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Docente nas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

Este artigo não pretende responder a todas as perguntas, mas abordar um assunto de grande interesse para os profissionais desta área que pretendem fazer diferente e criticam o sistema em que o pedagogo atual se colocou.

Atualmente, há muitas atribuições dadas aos pedagogos, mas poucas delas, ou nenhuma destas, estão relacionadas ao seu papel. E ao estudar historicamente o papel do pedagogo, compreende-se que esta identidade ainda está em formação.

Para tanto, este artigo teve como problemática: Qual a importância de recuperar a identidade do pedagogo e suas várias dimensões? Acredita-se que só após estudar esses questionamentos, o pedagogo poderá buscar sua identidade pedagógica novamente, pois sabendo onde e como atuar, poderá organizar o trabalho pedagógico com discernimento. Pois, o pedagogo é um dos principais profissionais que atuam nessa importante missão que é a Educação.

Para responder a esta problemática foi elencado como objetivo geral: identificar a importância da construção da identidade do pedagogo. E também específicos: compreender as diferentes identidades que a pedagogia adquiriu no decorrer da história, apresentar a multidimensionalidade profissional do pedagogo e apontar a urgência da busca da identidade do pedagogo atual.

Para obter resultados satisfatórios, optou-se por uma pesquisa bibliográfica e descritiva, buscando a resposta aos questionamentos em livros, artigos e revistas científicas e trabalhos acadêmicos.

A pesquisa bibliográfica é tão importante que Severino expõe (2007, p. 100): “A ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos”, ou seja, o pedagogo precisa estar sempre em pesquisa, para fundamentar muito bem a sua práxis, porém a crise na identidade do pedagogo tem interferido nesse processo.

2 A PEDAGOGIA: BREVE RELATO HISTÓRICO

Há teóricos que sugerem que a Pedagogia sempre existiu, pois a ideia de se ensinar algo para alguém existe desde os primórdios da humanidade.

Para Libâneo (1999, p. 163), a “Pedagogia existe desde que houve a necessidade de cuidar de crianças e de promover sua inserção no contexto social.” Já Cambi relata que existe desde a época primitiva, na qual o

[...] homem Neanderthal (de 200 mil a 40 mil anos atrás), que aperfeiçoa as armas e desenvolve um culto aos mortos, criando até um gosto estético (visível nas pinturas), que deve transmitir o seu ainda simples saber teórico (a posse do fogo, o uso de armas, a caça, os rituais etc.), [...], Homo sapiens, que já tem as características atuais: possui a linguagem, elabora múltiplas técnicas, educa os seus “filhotes”, vive da caça [...] a educação dos jovens torna-se no instrumento central para a sobrevivência do grupo e a atividade fundamental para realizar a transmissão e o desenvolvimento da cultura (CAMBI, 1999, p. 58, grifo do autor).

Porém, os primeiros registros de um cuidador e orientador da inserção social e cultural são encontrados na Antiguidade Clássica, mais precisamente na Grécia. O termo Pedagogia vem do grego *paidós* (criança) e *agogé* (condução). O escravo/servo conduzia o filho de seu senhor até aos locais de ensino, normalmente praças em que filósofos se reuniam para estudar. Para Cambi (1999, p. 49), o pedagogo era “um acompanhante – na Grécia – da criança, que a controla e estimula; figura que se transforma e se enfatiza no mundo mediterrâneo com a experiência dos ‘mestres da verdade’”.

Mais tarde este, o escravo, se tornou o que Holtz (2006, p. 12) chama de “professores encarregados da educação das crianças no lar”, o qual ficava com a criança desde seu nascimento até a sua juventude. Aos meninos, ele educava na cultura, na filosofia, matemática, educação física, arte, oratória, arte da guerra e ainda alguns autores relatam que ensinavam também a prática da educação sexual. Já as meninas eram educadas para serem boas esposas submissas a seus maridos, tinham aulas de etiqueta, costura, dança, etc. Vale lembrar, que esta educação era exclusividade das famílias abastadas (HOLTZ, 2006).

Ainda na Grécia, com o desenvolvimento da filosofia, da educação e das escolas, surge um aspecto particular da pedagogia como uma

[...] teoria, tornada autônoma por referentes históricos contingentes e destinada a universalizar e tornar rigoroso (no sentido racional) o tratado dos problemas educativos: nasce um saber da educação no sentido próprio, com todos os riscos de abstração, de teorismo, de normativismo que isto comporta (CAMBI, 1999, p. 102).

Ou seja, nesse período da história, o pedagogo é aquele que leva o educando até o conhecimento.

Com a queda do Império Romano e o início de uma nova era, a Idade Média, a Igreja Católica passa a comandar política e religiosamente tudo o que está a sua volta, e a escola não foge disso. Surgem os mosteiros e internatos de meninas e meninos, onde professores eram os padres e as freiras, sendo uma formação restrita, com uma metodologia autoritária. Como afirma Cambi, era um processo educacional,

[...] que se desenvolve em estreita simbiose com a Igreja, com a fé cristã e com as instituições eclesásticas [...] Da Igreja partem os modelos educativos e as práticas de formação, organiza-se as instituições *ad hoc* e programam-se as intervenções,

como também nela se discutem tanto as práticas como os modelos (CAMBI, 1999, p. 145 e 146)

Porém, o primeiro registro de um conceito da palavra Pedagogia está em um dicionário francês de 1690, de acordo com Libâneo (1999, p. 154 *apud* Mialaret, 1991, p. 6) “Pedagogo: mestre ao qual se dá o encargo de instruir e de educar um aluno, de ensinar-lhe gramática e de vigiar (*prendre garde*) suas ações”. Um conceito primitivo do profissional que hoje estuda todas as instâncias da educação. Machado (2011, p. 1) ainda complementa que, “desde o surgimento do profissional pedagogo, seu trabalho esteve relacionado ao ato de instruir (educar) ”.

No século XVII, surgem grandes nomes como Wolfgang Ratke, João Amós Comênio e John Locke. Estes trazem para a educação o conceito: o conhecimento vem da experiência, portanto, toda boa pesquisa deve iniciar com uma experiência para o conhecimento das coisas. Trazem ainda a importância de respeitar a individualidade de cada criança. (LIBÂNEO, 1999)

Nesta época também, Comênio funde a Pedagogia Moderna, que propõe uma pedagogia política e ainda engrandece a importância do conhecimento na vida do ser humano desde a sua meninice (LIBÂNEO, 1999).

No século XVIII, chamado de “O Século da Pedagogia” com o surgimento de Rousseau (pai da Pedagogia contemporânea), Pestalozzi e também pelo surgimento da educação pública estatal e educação nacional. (LIBÂNEO, 1999)

Pertence ao século XIX, o surgimento da cientificidade na Pedagogia. Herbart desvincula a educação da filosofia e o torna um saber científico, metódico, sistematizado e unificado, e ainda propõem dois pilares para a Pedagogia: a Ética e a Psicologia. (LIBÂNEO, 1999)

John Dewey, já no século XX, vincula educação e sociedade, dizendo que enquanto a escola educa para que a criança/jovem venha se inserir no meio social, a escola deve educar também para que estes, os alunos, tornem esse um mundo melhor e mais justo. Ele compreendia que o aluno é o cidadão do amanhã, portanto se deseja um mundo melhor é necessário instigar no aluno uma consciência crítica. (LIBÂNEO, 1999) Sobre o século XX e a Pedagogia, Cambi ainda afirma que:

A prática educativa voltou-se para um sujeito humano novo (homem-indivíduo e homem-massa ao mesmo tempo), impôs novos protagonistas (a criança, a mulher, o deficiente), renovou as instituições formativas (desde a família até a escola, a fábrica, etc.), [...]. A teoria alimentou um processo de esclarecimento em torno dos fins e meios da educação, entregando-se a procedimentos epistemológicos variados e complexos e fixando um papel cada vez mais central para as ciências, especialmente humanas, que devem desenvolver e guiar os saberes da educação (CAMBI, 1999, p. 512).

É fácil dizer que a pedagogia, a partir desse ponto da história, passou a ter a teoria como aliada na sua prática (práxis), fundamentando e estruturando seus processos.

2.1. A PEDAGOGIA NO BRASIL: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

No Brasil, a educação tem seus primeiros passos já no período colonial, quando D. João III dita uma nova política para a “conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução” (RIBEIRO, 2007, p. 18). Sendo assim, desembarcam no Brasil em 1549, os irmãos jesuítas, padres encarregados de fazer essa catequização.

Ao longo do tempo, cidadãos portugueses vêm morar na colônia, assim surge a necessidade de instrução para as crianças portuguesas. Os padres constroem escolas diferenciadas, com “currículos” próprios (língua portuguesa, doutrina cristã, música, filosofia, aprendizagens agrícolas, teologia, etc.), para o aprendizado desta pequena burguesia que se instalou na colônia. Todavia, em 1759 a Missão Jesuíta é expulsa do Brasil, por concentrarem seus ensinamentos em questões que privilegiavam a Igreja e não o Estado (RIBEIRO, 2007).

Com o Alvará de 26 de junho de 1759, surge o “diretor geral dos estudos”, como relembra Ribeiro (2007, p. 33). Este ficava responsável por determinar professores e coordenava todos os processos educacionais do ensino.

A partir da chegada da Família Real no Brasil, surgem inúmeros cursos, formações e decretos para a educação, com objetivo de formar técnicos para o desenvolvimento da Colônia (RIBEIRO, 2007).

Na primeira metade do século XIX, encontram-se diversas deficiências no contexto escolar, como ratifica Ribeiro (2007, p. 49):

Mesmo as “escolas de primeiras letras” são em número reduzido, com limitado é o seu objetivo, seu conteúdo e sua metodologia. Elas enfrentam problemas [...], era difícil encontrar pessoal preparado para o magistério, havia completa falta de amparo profissional, fazendo da carreira algo desinteressante e não motivando um aprimoramento constante

Gadotti (1999, p. 230) complementa este pensamento afirmando que: “Quase até o final do século XIX, nosso pensamento pedagógico reproduzia o pensamento religioso medieval”.

Já no século XX, mais precisamente em 1924, temos a criação da Associação Brasileira da Educação (ABE), que tinha “um grande *otimismo pedagógico*: reconstruir a sociedade através da educação” (GADOTTI, 1999, p. 230, grifo do autor).

Porém, as formações para professores até a década de 1930, era na Escola Normal (com o 3º ano, atual, ensino médio concluído, podia ser professor), mas com a formação dos Institutos de Educação, em 1935 é formado o primeiro curso superior em Pedagogia.

Entretanto, a primeira regulamentação para os cursos de Pedagogia surge em 1939, com a Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1.939:

SECCÃO XI - Do curso de pedagogia

Art. 19. O curso de pedagogia será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série: 1. Complementos de matemática.; 2. História da filosofia.; 3. Sociologia.; 4. Fundamentos biológicos da educação.; 5. Psicologia educacional.;

Segunda série: 1. Estatística educacional.; 2. História da educação.; 3. Fundamentos sociológicos da educação.; 4. Psicologia educacional.; 5. Administração escolar.;

Terceira série: 1. História da educação.; 2. Psicologia educacional.; 3. Administração escolar.; 4. Educação comparada.; 5. Filosofia da educação.;

SECCÃO XII - Do curso de didática

Art. 20. O curso de didática será de um ano e constituir-se-á das seguintes disciplinas:

1. Didática geral.; 2. Didática especial.; 3. Psicologia educacional.; 4. Administração escolar.; 5. Fundamentos biológicos da educação.; 6. Fundamentos sociológicos da educação (BRASIL, 1939, p. 6,7).

Ou seja, consistia em um curso chamado de 3 em 1, sendo 3 anos para formação em Bacharel em Pedagogia (destinado a cargos técnicos na educação) e 1 ano a mais para formação de Licenciatura (destinado à docência).

Já em 1960 surge uma nova regulamentação para o curso de superior de Pedagogia. Araújo (2006, p. 3), comenta:

O final da década de 1960 marca um período que o curso de Pedagogia passa por grandes alterações. O Parecer CFE n. 252/69, de autoria de Valnir Chagas, trata do currículo mínimo e da duração para o curso de graduação em Pedagogia com uma proposta mais elaborada de formação superior, propondo a formação de vários profissionais com uma estrutura curricular que teria uma parte comum e outra diversificada. O referido parecer representa um marco, pois traça um perfil mais claro para o curso de Pedagogia e para o pedagogo, direcionando sua atenção e lhe conferindo o diploma de licenciado. A partir de então, além da manutenção da formação para a docência do ensino normal, da Pedagogia passa a constar a formação de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção de escolas e sistemas escolares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, regulamentava a formação do pedagogo como: “A formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação. ” (BRASIL, 1971, p. 5)

Atualmente, a LDB vigente nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, regulamenta a formação do profissional de Pedagogia:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Pedagogia, com a Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006, igualmente regulariza esta formação:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Ao relatar este breve histórico da Pedagogia, percebe-se alguns papéis que este profissional adquiriu: condutor do saber, detentor do saber, mediador de processos educacionais com foco teológico, aquele que ensina a gramática e vigia seus passos, um pedagogo Estatal, pedagogo: um cientista, o profissional que auxilia no crescimento da sociedade, um bacharel, licenciado, orientador, especialista, administrador, inspetor, supervisor, aquele que planeja e executa e etc. São “n” conceitos, títulos e nomeações, que fazem com que este profissional se perca mediante tantas obrigações e orientações.

Tem-se um profissional que chega na escola, no hospital, na indústria e, provavelmente, não sabe qual é a sua essência, qual é o seu ideal, o seu propósito na sociedade.

Esse artigo tem como propósito despertar esta reflexão sobre a importância do papel do pedagogo. Portanto, o próximo capítulo aborda o problema de se ter um profissional importante, saindo da graduação, perdido com muita informação e com pouco caminho, não sabendo como, porque e quando atuar.

3 O PEDAGOGO: UM PROFISSIONAL MULTIDIMENSIONAL

Quando um calouro comenta em seu círculo familiar e/ou social que está fazendo um Curso Superior de Pedagogia, surgem comentários como: “*Vai ganhar tão pouco!*”, “*Vai apanhar dos alunos!*”, “*Vai ser uma professorinha?*”, “*Vai passar a vida limpando bumbum de neném?*”, “*Por que não vai fazer Direito ou Medicina?*”.

São comentários sem fundamentos, maldosos e que em vários casos partem dos próprios profissionais da educação, talvez por não se sentirem confortáveis com seus próprios papéis ou por desmotivação frente à realidade em que se encontram.

Seguindo esta crítica, este capítulo vem para salientar que o profissional formado em Pedagogia não necessariamente vai trabalhar em uma sala de aula, pois hoje conhecemos uma pluralidade de papéis que este pode assumir, como os exemplos a seguir.

3.1 PEDAGOGO EMPRESARIAL

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, seu art. 2º diz,

As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p. 1).

A partir desta abertura do profissional de Pedagogia para “outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos” (BRASIL, 2006, p. 1), surge o pedagogo em diversos contextos, como por exemplo, o Pedagogo Empresarial.

O profissional que organiza cursos de capacitação e reciclagem para funcionários da empresa, trabalha junto aos Recursos Humanos (RH) no recrutamento, cria estratégias de formação de equipe, potencializa as aprendizagens, e este profissional

[...] trabalhará com adultos que trarão consigo diversas realidades e histórias de vida na qual o pedagogo empresarial será o mediador apresentando novos caminhos e desenvolvendo proposta educativa, de orientação, transformando, modificando e elevando o ser humano em sua totalidade (MACHADO, 2011, p. 1-2)

E, ainda de acordo com Machado (2011), ele necessita ter uma formação completa:

A formação do pedagogo agrega em sua atuação no mercado, o conhecimento como referência a inserção em organizações, estando capacitado a ocupar cargos que tratem da educação, ao relacionamento interpessoal e desenvolvimento de lideranças (MACHADO, 2011, p. 2).

Felden (*et al*, 2013, p. 77) salienta que este profissional pode “implantar e coordenar projetos no campo de desenvolvimento de recursos humanos, particularmente em trabalhos de formação de pessoal, sendo inclusive responsável pela qualificação dos serviços oferecidos nesse espaço”.

Portanto, o pedagogo empresarial tem um vasto campo de trabalho e precisa estar constantemente em aperfeiçoamento para acompanhar o crescimento e as tendências do mercado.

3.2 PEDAGOGO HOSPITALAR

Hoje se conceitua o pedagogo hospitalar como o profissional que organiza o ensino no ambiente hospitalar, palestras, oficinas e orienta professores a terem uma visão ampla de seus alunos, pois estes estão em situações desafiadoras que mesmo pequenos tem que encarar, como por exemplo, seções de quimioterapia. As classes hospitalares são, em muitos casos, o único momento de “distração” da doença que esta criança enfrenta. Portanto, a metodologia que se utiliza no ambiente hospitalar diferencia e em muito da sala de aula.

A Pedagogia Hospitalar surge em 1935, na França com Henri Sellier, onde ele se dedicava a ensinar crianças especiais (MATOS, 2009).

Porém, há uma grande alta nas classes hospitalares na Segunda Guerra Mundial, por inúmeros casos de doenças, ataques de bombas e casos de perda de membros, as crianças eram privadas de ir à escola, então os professores se mobilizavam para ensinar essas crianças nos hospitais (ESTEVES, 2007).

Já no Brasil, a Constituição de 1988 traz que é direito da criança e dever do Estado e da família a educação básica. A LDB vigente (BRASIL, 1996) reforça esse conceito, porém a primeira Lei que destaca a educação hospitalar é a Resolução 2/2001 do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Art. 13. Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.

§ 1º As classes hospitalares e o atendimento em ambiente domiciliar devem dar continuidade ao processo de desenvolvimento e ao processo de aprendizagem de alunos matriculados em escolas da Educação Básica, contribuindo para seu retorno e reintegração ao grupo escolar, e desenvolver currículo flexibilizado com crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular.

§ 2º Nos casos de que trata este Artigo, a certificação de freqüência deve ser realizada com base no relatório elaborado pelo professor especializado que atende o aluno. (BRASIL, 2001, p. 4).

Outro ponto importante desse ramo da Pedagogia, é que muitas vezes os alunos passam meses/anos no hospital e por terem essa possibilidade de continuar estudando, a maioria volta para a escola sem lacunas em seu desenvolvimento e ainda se sentem motivados a voltarem para a sala de aula.

3.3 PEDAGOGO EM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:

O pedagogo, em instâncias não governamentais, atua em igrejas, ONGs (Organizações Não Governamentais), comunidades, penitenciárias, empresas sem fins lucrativos, com trabalho voluntário em associações, entre outros locais. Assim, todo local que constrói e executa projetos educacionais necessita de um pedagogo.

Esse profissional trabalha na educação informal, aquela que não é regulamentada, mas que em sua essência é importante e, em larga escala, para o bom andamento da sociedade. Pois, em sua maioria, ensina questões de cidadania, ética, relações humanas, vivência em sociedade, direitos e deveres, amizade, respeito, consciência crítica, etc. Como ratifica Gohn (2006, p. 29-30), é

Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc...

Segundo Gohn (2006, p. 28) a educação informal “é aquela que se aprende no mundo da vida, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.” Ainda salienta que: “Na educação não formal a cidadania é o objetivo principal, e ela é pensada em termos coletivos.” (GOHN, 2001, p. 102).

Já para Moura e Zuchetti (2006, p. 235): “Uma educação assim, voltada para a vida, para a paz, para a efetiva inclusão social, demanda, portanto, uma pedagogia da complexidade que, pela sua dimensão ético-político-estética, concretiza uma educação comprometida com o cuidado, com o bem viver coletivo e com a liberdade.”

Para que esse profissional seja bem-sucedido em espaços não escolares, ele precisa de

[...] flexibilidade em suas ações; conhecimento e experiências relativas à gestão participativa; competência e habilidade na busca de soluções para os impasses enfrentados, com compreensão do processo histórico, social, administrativo e operacional em que está inserido; comprometimento com o trabalho e envolvimento com o trabalho; ter preparo para administrar conflitos; zelar pelo bom relacionamento interpessoal; gostar de trabalhar com pessoas; comunicação eficaz; conhecimento de princípios de educação popular; ter competência e habilidade para planejar, organizar, liderar, monitorar, empreender (CERONI, 2006, p. 9)

Ou seja, questões geralmente são trabalhadas em totalidade na formação deste profissional, entretanto essa questão é para o próximo capítulo.

3.4 PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO CARCERÁRIA:

A Pedagogia Carcerária surge com o intuito de cumprir o Artigo 208 da Constituição Federal de 1988, no qual é dever do Estado a Educação para todos. Portanto a Educação Carcerária busca o acesso à educação para essas pessoas reclusas do ambiente social e buscando uma reinserção social menos complexa e com menos implicações.

Em 1984 surge a Lei n.º 7.210, que organiza na Seção V do Capítulo II, a Assistência Social para os encarcerados. Como consta na lei,

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização.

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária.

§ 2º Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos.

§ 3º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Art. 21-A. O censo penitenciário deverá apurar:

I - o nível de escolaridade dos presos e das presas;

II - a existência de cursos nos níveis fundamental e médio e o número de presos e presas atendidos;

III - a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico e o número de presos e presas atendidos;

IV - a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo;

V - outros dados relevantes para o aprimoramento educacional de presos e presas

(BRASIL, 1984, p. 3)

E em 2010 são criadas as Diretrizes Nacionais de Educação de Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade, para regulamentar e garantir a implementação das leis já citadas e ainda manter os padrões mínimos de qualidade nessas instituições também educacionais.

O objetivo principal da Educação-Pedagogia no Cárcere é “a reinserção no mundo social e do trabalho de maneira digna.” (PEREIRA, 2011, p. 46), é

um processo de acessar conhecimentos para aquelas pessoas que estão presas, desenvolvendo-as cognitivamente e socialmente para que possam se reintegrar à sociedade. Essa educação é tanto para a sua escolarização (formação dentro do sistema oficial de ensino) e profissionalização (formação para o mundo do trabalho). A Pedagogia no Cárcere busca investigar as práticas educativas dentro das prisões, no sentido de desvelar se os objetivos estão sendo alcançados e ao mesmo tempo compreender essa práxis educativa; (PEREIRA, 2011, p. 46)

Sendo que nessas instituições o papel do Pedagogo é garantir “a libertação, humanização, ressocialização dos adultos presos.” (PEREIRA, 2011, p. 52), fazendo com que esses não voltem para a marginalização.

3.5 TODOS SÃO PEDAGOGOS

Quando uma mãe está educando seu filho, ela age de maneira pedagógica para que este a entenda. Quando um professor de Catequese/Escola Bíblica está ensinando uma lição da Bíblia, didaticamente, ele usa a ludicidade, por meio de histórias para ensinar questões de respeito, cuidado e religião. Um treinamento para uma nova função em uma indústria ou empresa ensina como exercer a nova atividade, normalmente por meio de exemplos de situações que podem ocorrer, sempre com o intuito de preparar um bom profissional. Na escola, quando uma criança quer brincar com seus amigos de uma brincadeira nova, esta ensina as regras e como brincar, de uma forma simples e que seus amigos entendam. Na rua, um carro se aproxima e pergunta um endereço, ao ensinar como chegar ao tal endereço, usa-se de pontos de referência para localizar o motorista.

Em todos estes exemplos, são usadas diferenciadas metodologias para se ensinar alguém a fazer algo, portanto pode-se afirmar que todos são pedagogos e exercem, de certa forma, conhecimentos educacionais em todos os lugares, em várias situações. A ubiquidade da Educação! Libâneo e Pimenta trazem que,

[...] as práticas educativas ocorrem em muitos lugares, em muitas instâncias formais, não-formais, informais. Elas acontecem nas famílias, nos locais de trabalho, na cidade e na rua, nos meios de comunicação e, também, nas escolas. Não é possível mais afirmar que o trabalho pedagógico se reduz ao trabalho docente nas escolas. [...] A Pedagogia é mais ampla que a docência, educação abrange outras instâncias além da sala de aula, profissional da educação é uma expressão mais ampla que profissional da docência, sem pretender com isso diminuir a importância da docência. (LIBÂNEO; PIMENTA, 2002, p. 29)

O Quadro 1 apresenta outras dimensões/contextos que a Pedagogia pode assumir.

Quadro 1 – Espaços de atuação do pedagogo

Espaços de Formação e Atuação do	Ações Desenvolvidas	Objetivos
----------------------------------	---------------------	-----------

Pedagogo		
Escola	Participação na organização e gestão da escola, através de atividades que englobam a seleção e organização dos conteúdos, das formas de estimulação e motivação, do espaço físico e ambiental, dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, reduzindo as dificuldades de aprendizagem.	Favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos em seu aspecto social e cognitivo. Coordenar, implantar e implementar no estabelecimento de ensino, as diretrizes definidas no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar; auxiliar o corpo docente, gerenciar e supervisionar o sistema de ensino favorecendo a melhoria da aprendizagem dentro da escola de forma integral.
Meios de Comunicação	Assessorar na difusão cultural e na comunicação de massa.	Elaborar estratégias, atividades e instrumentos que permitam o aprendizado por meio dos meios de comunicação.
Sindicatos	Atuar fazendo o planejamento, coordenação e execução de projetos de educação formal de qualificação e requalificação.	Qualificar e requalificar o trabalho, habilidades e competências dos seus associados no mercado de trabalho.
Turismo	Desenvolver atividades educativas que visem ao conhecimento de uma localidade, acompanhada de sua história e cultura.	Contribuir no aprendizado sobre o multiculturalismo, valorizando as diversidades culturais e favorecendo a construção de uma consciência de preservação ecológica.
Museus	Desenvolver atividades educativas dentro desse espaço, juntamente com uma equipe interdisciplinar.	Proporcionar aos visitantes a compreensão da importância da memória cultural e da sua relação com a atualidade.

Fonte: Adaptado de CASTANHO *et al.* (2004), FIREMAN (2006), JACOBUCCI (2008), LIBÂNEO (1999), MATOS (2007) e SÁ (2000). In: AQUINO; SARAIVA, 2001, p. 253.

Esse profissional carrega consigo essa multidimensionalidade e por isso, geralmente, não sabe como atuar frente às dificuldades que encontra. Apesar da diversidade de campos de atuação deste profissional, a sua formação ainda é restrita à docência, não o preparando para esta realidade. E, é neste contexto, que a seguir será apresentada uma reflexão crítica sobre esta urgência pela busca da identidade³ do pedagogo.

4 PROFISSÃO PEDAGOGO: UMA BUSCA IDENTITÁRIA URGENTE

Como já apresentado anteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Básica e as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia deixam uma abertura bem ampla para os campos de atuação desse profissional.

Porém, em uma breve pesquisa e análise nas matrizes curriculares do Curso de Pedagogia em instituições públicas e privadas de renome no país, nota-se que há um descaso quanto à formação integral deste profissional.

³ Identidade: “resultado por vezes estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, de diversos processos de socialização que, conjuntamente constroem os indivíduos e definem as instituições” (DUBAR, 1997, p. 109).

As disciplinas são pensadas e planejadas única e exclusivamente para a docência e, em sua maioria (as Faculdades e Universidades), disponibilizam de 2 a 3 disciplinas voltadas aos diversos contextos na Educação, contudo com carga horária ínfima e na maior parte dos casos são disciplinas superficiais que não dão abertura para conhecimento nem mesmo dos ramos da Pedagogia, como por exemplo, alguns dos citados no capítulo anterior. Existem ainda matrizes em que não disponibilizam disciplinas desse cunho.

Seguindo esta constatação, Libâneo e Pimenta (1999, p. 245) ratificam:

Quanto à descaracterização profissional do pedagogo, subsumido ao “professor”, sua formação passa a ser dominada pelos estudos disciplinares das áreas das metodologias. Estas, ao voltarem seus estudos diretamente à sala de aula, espaço fundamental da docência, ignoram os determinantes institucionais, históricos e sociais (objeto de estudo da pedagogia). Desse modo, a pedagogia, ciência que tem a prática social da educação como objeto de investigação e de exercício profissional – no qual se inclui a docência, embora nele se incluam outras atividades de educar – não tem sido tematizada nos cursos de formação de pedagogos (cf. Pimenta 1998).

Aguiar *et al* (2006, p. 10), expõe que as DCNs exigem “uma nova concepção da educação, da escola, da pedagogia, da docência, da licenciatura”, na qual “a docência [...] não é entendida no sentido restrito do ato de ministrar aulas. O sentido da docência é ampliado, uma vez que se articula à ideia de trabalho pedagógico, a ser desenvolvido em espaços escolares e não-escolares” (AGUIAR *et al*, 2006, p. 9).

Portanto, aparece aqui uma grande contradição ao que a Lei determina e o que é oferecido pelas Faculdades e Universidades para a sociedade. Desta forma, se faz necessário refletir sobre como formar um profissional pleno, se o curso oferecido a ele não traz a formação necessária para os diversos contextos da Educação como disciplina fundamental para essa.

A abertura do mercado de trabalho para os profissionais de Pedagogia está em constante crescimento e exige um profissional completo, capaz de trabalhar com todas as faixas etárias, em locais variados, com flexibilidade para adaptação de materiais e métodos, e ainda respeitar e conhecer todas as culturas e etnias para trabalhar com e por elas.

Porém, a falácia e o descaso frente às Leis e Regulamentações para esse curso da parte das Faculdades e Universidades são desmedidos. Muitas destas instituições utilizam um marketing desvalorizando a profissão responsável pela formação de todos. No primeiro semestre de 2017, surgiu na mídia uma propaganda com o seguinte *slogan*: “Torne-se um professor e aumente sua renda. Vestibular de Pedagogia!”. A desvalorização da profissão, como fosse um curso voltado somente à formação de professores (existem outras licenciaturas) e comparando-a a uma profissão paralela. Libâneo (1999) relembra que,

O Curso de Pedagogia deve formar o pedagogo *stricto sensu*, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socioeducativas de tipo formal e não-formal e informal, decorrentes de novas realidades [...], não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica de escolas, como também na pesquisa, na administração de sistemas de ensino, nas empresas, nas várias instâncias de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional, nos programas sociais, nos serviços para a terceira idade, nos serviços de lazer e animação cultural, na televisão, no rádio, na produção de vídeos, filmes, brinquedos, nas editoras, na requalificação profissional, etc. (LIBÂNEO, 1999, p. 31).

Está bem claro para Libâneo (1999), a necessidade de uma formação plena, completa, que vai capacitar esse profissional a atuar em contextos e situações que lhe possam surgir.

Libâneo (2006, p. 12) ainda destaca, “o inchamento de disciplinas no currículo, provocado pelas excessivas atribuições previstas para o professor, causando a superficialidade e acentuando a precariedade da formação”, e questiona,

É difícil crer que um curso com 3.200 horas possa formar professores para três funções que têm, cada uma, sua especificidade: a docência, a gestão, a pesquisa, ou formar, ao mesmo tempo, bons professores e bons especialistas, com tantas responsabilidades profissionais a esperar tanto do professor como do especialista. Insistir nisso significa implantar um currículo inchado, fragmentado, aligeirado, levando ao empobrecimento da formação profissional (LIBÂNEO, 2006, p. 13).

Para amenizar a defasagem que a formação inicial deixa nos egressos de Pedagogia, o profissional precisa investir na formação continuada. Porém, o baixo salário, a desvalorização do profissional, o descaso e a violência (verbal e física) dos alunos para com os professores e as doenças físicas e psicológicas são os desafios diários da maioria destes profissionais, os quais não se sentem motivados a continuarem e em boa parte dos casos, abandonam a profissão.

A formação continuada poderia ser apenas um complemento da formação inicial, porém, como apresenta Gomes e Romanowski (2005, p. 4458),

A formação continuada dos professores está no centro do debate educacional, deposita-se neste processo a possibilidade de suprir a falta de formação inicial, complementar a formação realizada os cursos de graduação, atualizar e ampliar os saberes da docência, específicos e pedagógicos, favorecer o desenvolvimento profissional dos professores, e, em decorrência, contribuir para transformar a prática pedagógica.

Ainda, os cursos de formação continuada “se apresentam de forma descontínua e reforçam o modelo acadêmico quando centram suas propostas em transmissão de conhecimento, sem levar em consideração as necessidades dos sujeitos que vivem as dificuldades no cotidiano escolar” entre outros contextos, ou seja, “a formação continuada toma por base o mesmo modelo” da formação inicial (GOMES; ROMANOWSKI, 2005, p. 4472).

No início de 2017, o Deputado Antonio Goulart dos Reis apresentou o Projeto de Lei n. 6847 de 2017 que pretende regulamentar a profissão do pedagogo como o único capaz de gerir os processos pedagógicos. Segundo o artigo 2º,

Considera-se Pedagogo, para os fins desta lei, os profissionais portadores de diploma de curso de graduação em Pedagogia, para exercerem a docência, bem como atividades nas quais sejam exigidos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades profissionais do Pedagogo podem ser realizadas em instituições de ensino públicas ou privadas de educação, bem como em instituições culturais, de pesquisa, ciência e tecnologia e, ainda, de ensino militar.

Art. 3º São atribuições do Pedagogo, conforme sua formação curricular e acadêmica:

I – planejar, implementar e avaliar programas e projetos educativos em diferentes espaços organizacionais;

II – gerir o trabalho pedagógico e a prática educativa em espaços escolares e não escolares;

III – avaliar e implementar nas instituições de ensino as políticas públicas criadas pelo Poder Executivo;

IV – elaborar, planejar, administrar, coordenar, acompanhar, inspecionar, supervisionar e orientar os processos educacionais;

V – ministrar as disciplinas pedagógicas e afins nos cursos de formação de professores;

VI – realizar o recrutamento e a seleção nos programas de treinamento em instituições de natureza educacional e não educacional;

VII – desenvolver tecnologias educacionais nas diversas áreas do conhecimento.

Este projeto, se aprovado, irá criar o Conselho Federal de Pedagogia e, por conseguinte, os Conselhos Regionais de Pedagogia que irão garantir, de forma mais significativa, os direitos desses profissionais. A Deputada Flávia Moraes, relatora do texto aprovado pela Comissão de Trabalho, destaca em uma entrevista, que

Através dessa regulamentação, eles vão poder atuar tanto na rede pública quanto na privada e em várias atividades que exigem o conhecimento pedagógico. Com certeza, uma profissão que já existe e muitos já trabalham na área, mas não tem ainda uma regulamentação. *Vai ser importante porque, aí sim, vão ficar definidas todas as atribuições* (AKIRA, 2017, grifo meu)

Fica a expectativa que esse Projeto seja aprovado para fazer valer os direitos deste profissional essencial para o bom andamento não só da Educação, mas de todos os processos pedagógicos em que ele está inserido. Acredita-se que essa “luz no fim do túnel” pode trazer mudanças nas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, mudanças que são urgentes e de suma importância.

4.1 PROFISSIONAL PEDAGOGO: GÊNERO FEMININO

Outra questão a se discutir seria o paradigma de que só mulheres podem (e fazem) fazer o curso de Pedagogia. Sobre isso Silva (2011, p. 34, 35) destaca,

A constituição desse curso concomitante à busca pela participação feminina em outros campos que não o privado/doméstico e à expansão econômica – desenvolvimento industrial – corroboraram a inserção feminina no mercado de trabalho. Porém, com a presença das mulheres nesse novo espaço, algumas profissões foram vistas como continuidades dos serviços domésticos e, conseqüentemente, como trabalhos femininos; a Pedagogia se caracterizava como um desses afazeres femininos.

Pois, a função que desempenhavam era basicamente o cuidado da criança (SILVA, 2011) e não existiam questões pedagógicas tão presentes. Destaca-se ainda que com o crescimento do gênero feminino nesses espaços, “ocorre também a transferência dos predicados do lar – cuidado, carinho, amor, dedicação, vocação – para esse campo” (SILVA, 2011, p. 35).

Já os homens quase não aparecem nesses espaços, mas ainda quando decidem pelo magistério ocupam cargos administrativos. Como aponta Carvalho,

As principais conclusões de estudos recentes vão na direção de que os homens optam tardiamente pela carreira de magistério, muitas vezes tendo percorrido outras opções profissionais; tendem a sofrer maiores pressões tanto em direção a outras ocupações, quanto no sentido da ascensão na carreira, quase sempre para deixar a sala de aula e ocupar cargos administrativos; e em geral fazem planos para o futuro mais amplos que as mulheres, envolvendo mais freqüentemente atividades fora de sala de aula (CARVALHO, 2010, p. 7)

Em meados de 1970, segundo Silva (2009, p. 94-96), as instituições que pensavam a Educação, “preocupavam-se em desenvolver formas de ensino que refletissem os valores feministas e que pudessem formar um contraponto às práticas pedagógicas tradicionais. Práticas essas consideradas como expressão de valores masculinos e patriarcais”. Ou seja, queriam propor uma medida de igualdade.

Atualmente existe uma luta do público masculino para entrar nesses espaços educativos.

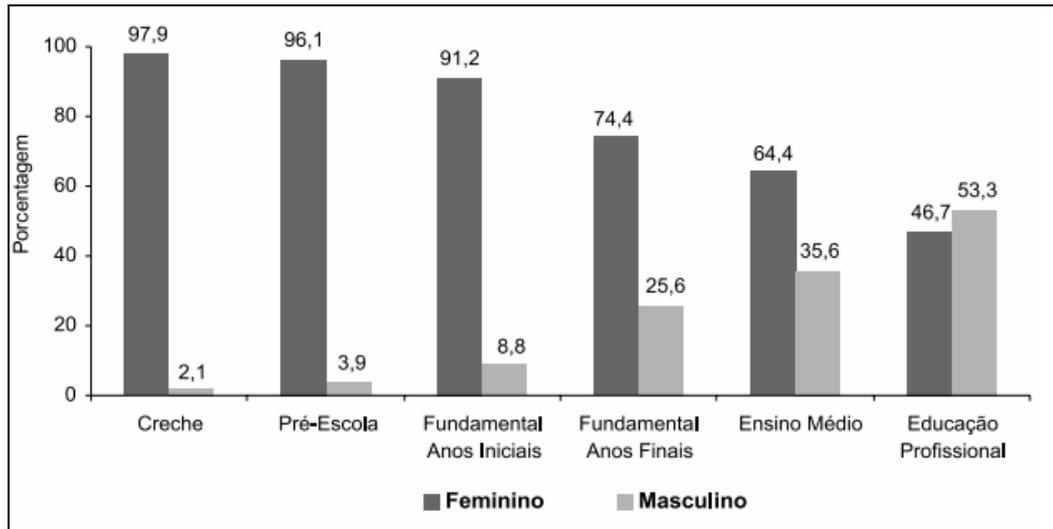


Figura 1 – Professores das etapas da educação segundo o gênero
Fonte: BRASIL, MEC/INEP/DEED, 2007

Como mostra o gráfico (Figura 1), o número de homens na Educação sobe conforme muda o nível de ensino, tanto que no Ensino Superior já são maioria. Porém, Veiga destaca:

Certamente seria reducionismo conceitual considerar a questão da feminização do magistério como algo dado, ou seja, como um fenômeno natural. Ao contrário, é preciso redimensioná-la, discutindo a relação mulher-educação como produto da teia de relações sociais em que, entre outros aspectos, se contempla o binômio desse gênero. Nesse sentido, é bastante pertinente a denúncia de que grande parte da pesquisa educacional deixa de incorporar a questão do sexo da professora como um elemento associado às relações de trabalho predominantes na sociedade (VEIGA, 1997, p. 28).

Cabe aos próprios profissionais da Educação buscar a mudança deste paradigma, pois essas atribuições de cuidado, atenção, amor e carinho não são necessariamente responsabilidade das mulheres. Como destaca o art. 1 da LDB vigente, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Ou seja, é imprescindível ratificar que a Educação não se resume a questões do cuidar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve a intenção de provocar uma reflexão sobre a relevância da temática explorada, pois a necessidade de uma formação completa é urgente.

O mundo está em constante desenvolvimento e aprimoramento. Aquilo que se acredita ser atualizado hoje, amanhã se torna algo obsoleto. O avanço social, cultural, econômico, tecnológico e científico é constante. Porém, com um breve olhar para a Educação, para a

forma que se faz a Educação, para as salas de aula e observar os modelos de gestão, em rápidos minutos notar-se-á que escolas, em varias instâncias (em regras gerais), não estão trabalhando no mesmo ritmo deste avanço. As faculdades e professores impõem mudanças, porém eles mesmos não vivem suas teses.

Como já criticado no decorrer do texto, o aluno calouro de Pedagogia acredita que o único objetivo do curso é formar professores para a Educação Infantil, e em maioria dos casos, sai da graduação com essa concepção.

É relevante destacar, que esse artigo por si só não se sustenta, pois, o assunto em questão não se esgota. Necessita-se manter em discussão essa importante questão para que essa realidade seja mudada.

Quando uma criança nasce, nasce um novo ser, o qual com o decorrer da sua vida aprenderá a andar, falar, brincar, ou seja, vai se desenvolver. Os pais são responsáveis por ajudar essa criança a se conhecer e se desenvolver de modo natural. Vão lhe ensinar seus ideais, suas concepções de vida e sua realidade, todavia essa criança não vai ser 100% igual o pai, e nem 100% a mãe, a sua personalidade vai ser moldada por ela mesma, formando assim, sua identidade.

Um calouro de Pedagogia é essa “criança”, as faculdades e universidades, os professores, teóricos e estudiosos da Educação são seus “pais”, os quais são responsáveis pela formação integral dessa criança, para que ela aprenda a andar, falar, transformar suas metodologias com sabedoria, ensinar as leis, as concepções teóricas de autores essenciais à área, ensinar essa criança a ver sua realidade com os óculos da crítica, pensando que quando ela crescer será responsável por formar outros. Apesar disso, ela não vai se moldar 100% a uma ou outra teoria, ela vai seguir seu próprio caminho, criar a sua própria identidade, esta que nunca estará formada por completo, pois esse importante profissional tem como característica a multidimensionalidade, sendo capaz de trabalhar em diversos contextos com diversas metodologias.

Portanto, como pais conscientes, amorosos e que querem o melhor para seu filho, não podem permitir que o futuro ou já profissional da educação, não tenha a sua própria identidade e muito menos autorizar o roubo da essência desse profissional.

REFERÊNCIAS

ANFOPE. **Políticas Públicas da Formação dos Profissionais da Educação**: desafio para as Instituições de Ensino Superior. Documento Final do XII Encontro Nacional. Brasília: 11 a 13 de Agosto de 2004, p. 5-35.

ARAÚJO, Sâmara Carla Lopes Guerra de. **Formação do Pedagogo: Fundamentos e Atribuições no Curso de Pedagogia**. 2006. Disponível em: http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/formacao_pedago_go_eixo_1.pdf. Acesso em: 09 set. 2016.

AGUIAR, Márcia Ângela *et al.* Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia no Brasil: Disputas de projetos no campo da formação do profissional da Educação. **Revista Educação e Sociedade**. São Paulo: Campinas, v. 27, n. 96, out. 2006.

AKIRA, Alex. **Projeto que regulamenta exercício da profissão de pedagogo aguarda votação da CCJ**. 2012. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/radioagencia/542343-projeto-que-regulamenta-exercicio-da-profissao-de-pedagogo-aguarda-votacao-da-ccj.html> . Acesso em: 22 set. 2017.

AQUINO, Soraia Lourenço de; SARAIVA, Ana Cláudia Lopes Chequer. O pedagogo e seus espaços de atuação nas Representações Sociais de egressos do Curso de Pedagogia. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 2, n. 2, p. 246-268, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/205/65> . Acesso em: 09 set. 2016.

BARBOSA, Renata Peres; BUENO, Elaine Menezes; GOMES, Vanessa de Fátima Evangelista. **Reflexões acerca da identidade do Pedagogo**: Universo repleto de encantos e angústias. Disponível em: www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/208_579.pdf . Acesso em: 04 mar. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. **Dá Organização à Faculdade Nacional de Filosofia**. Diário oficial da união - seção 1, Brasília – 6 abril 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. **Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/8/1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 12 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm . Acesso em: 9 mar. 2017.

BRASIL. Projeto de Lei nº 6847 (sem data). **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Pedagogo**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1523988.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

BRASIL. Resolução CNE/CBE nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.

BRASIL. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica**. 2007. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: Inep, 2009.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf . Acesso em: 12 ago. 2017.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999.

CARVALHO, Marília Pinto. **Vozes Masculinas Numa Profissão Feminina: o que têm a dizer os professores/as?** 1998. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/PintodeCarvalho.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.

CERONI, Mary Rosane. **O perfil do pedagogo para atuação em espaços não-escolares.** In: Congresso Internacional de Pedagogia Social, São Paulo: Universidade de São Paulo. ano 1, mar. 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100040&script=sci_arttext . Acesso em: 06 set. 2017.

DUBAR, Claude. **A Socialização.** Construção das Identidades Sociais e Profissionais. Porto: Porto Editora. 1997.

ESTEVES, Cláudia. **Pedagogia hospitalar: um breve histórico.** 2007. Disponível em: <http://smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-educacao-saude/classes-hospitales/WEBARTIGOS/pedagogia%20hospitalar.pdf> . Acesso em: 9 ago. 2017.

FELDEN, Eliane de Lourdes *et al.* **O Pedagogo no Contexto Contemporâneo: Desafios e Responsabilidades.** 2013. Disponível em: http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_017/artigos/pdf/Artigo_07.pdf . Acesso em: 20 set. 2016.

GADOTTI, Moacir. **Historia das ideias pedagógicas.** 8 ed.. São Paulo: Ática, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política** – impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Cátia Cristina; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação continuada de professores do Ensino Médio: processos e programas.** IV Congresso Internacional de Educação e IV Congresso Internacional de Educação São Leopoldo. UNISINOS/ RS. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283547886_formacao_continuada_dos_professores_do_ensino_medio . Acesso em: 04 nov. 2017

HOLTZ, Maria Luiza Marins. **Lições de pedagogia empresarial.** Sorocaba, RJ: MH Assessoria Empresarial Ltda, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos.; PIMENTA, Selma Garrido. Formação dos profissionais em educação: visão crítica e perspectiva de mudança. In: PIMENTA, S. G. **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 96, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302006000300011&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 21 set. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 2. ed.. São Paulo: Cortez, 1999

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança. **Revista Educação e Sociedade**, ano XX, n 68, dez. 99. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000300013 . Acesso: 11 out. 2017

MACHADO, Luciana Alves Rocha de Lima. **Pedagogia Empresarial: Histórico e Perspectivas Atuais**. 2011. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0369_1031_01.pdf . Acesso em: 01 set. 2016.

MATOS, Elizete Lucia Moreira (Org.). **Escolarização Hospitalar: Educação e saúde de mãos dadas para humanizar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOURA, Eliane; ZUCHETTI, Dinora Tereza; Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social. **Educação Unisinos**, São Leopoldo/RS, 2006, v. 10, n. 3, set./dez.p. 228-236.

PEREIRA, Antonio. A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas. **Revista Educação Popular**. Uberlândia, MG. v. 10, p. 38-55, jan./dez. 2011.

PIMENTA, Selma Garrido. **O pedagogo na escola pública**. São Paulo: Loyola, 1988.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Historia da educação brasileira: a organização escolar**. 20. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SILVA, Kelly da. **Currículo, Gênero e Identidade na Formação de Professores/as**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2011.